

# PROJETO DE REGULAMENTO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS (RTA)

## NOTA JUSTIFICATIVA

---

- I. Introdução
- II. Regime proposto
- III. Ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas
- IV. Conclusão

## I. Introdução

A presente nota justificativa acompanha o projeto de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas (RTA) e inclui, por determinação legal, uma ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas.

## II. Regime Proposto

O serviço de abastecimento público de água e o serviço de saneamento de águas residuais urbanas, habitualmente designados por serviços de águas, têm, desde há muito tempo, vindo a evidenciar grandes problemas, quer ao nível da disparidade tarifária, quer no que se refere à sustentabilidade económica e financeira das entidades gestoras.

A intervenção regulatória realizada no âmbito deste sector através da emissão da Recomendação IRAR n.º 01/2009 (*Formação de tarifários aplicáveis aos utilizadores finais dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos*), da Recomendação ERSAR n.º 02/2010 (*Critérios de cálculo para a formação de tarifários aplicáveis aos utilizadores finais dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos*) e da Recomendação ERSAR n.º 02/2018 (*Tarifários sociais aplicáveis aos utilizadores domésticos e resíduos*), que atualizou e substituiu a Recomendação IRAR n.º 01/2009, muito embora tenha contribuído para uma gradual racionalização tarifária e melhoria da eficiência económico-financeira das entidades gestoras, o apuramento de custos e técnicas de custeio, a implementação da contabilidade analítica, a elaboração de modelos económico-financeiros e a melhoria da faturação e cobrança, sendo desprovida de vinculatividade, não foi suficiente para eliminar estes problemas do sector. Continua a verificar-se uma injustificada disparidade das tarifas dos serviços de águas aplicadas aos utilizadores finais nos diversos concelhos, assim como situações em que os tarifários aplicados não são adequados à estrutura de custos da entidade gestora.

Reconhecendo a subsistência destes problemas e a necessidade de reforçar os poderes do Regulador neste âmbito, os Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, atribuíram a esta entidade reguladora um poder-dever de elaborar e aprovar um regulamento tarifário para os serviços de águas, com regras de definição, fixação, revisão e atualização dos tarifários de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais urbanas.

Estes Estatutos atribuíram, ainda, a esta entidade reguladora o poder de fixar as tarifas para os sistemas de titularidade estatal, avaliar e auditar a fixação e aplicação de tarifas nos sistemas de titularidade municipal, emitir recomendações sobre a conformidade dos tarifários dos sistemas

Cofinanciado por:



municipais com o estabelecido no regulamento tarifário e demais legislação aplicável, fiscalizar e sancionar o seu incumprimento e, bem assim, de emitir instruções vinculativas quanto às tarifas a praticar pelos sistemas de titularidade municipal que não se conformem com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Com a consagração destes Estatutos e, em concreto, com a atribuição destes poderes ao Regulador, pretendeu-se assegurar a correta proteção do utilizador dos serviços de águas, contribuindo para, no quadro do cumprimento dos princípios consignados na Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, garantir o equilíbrio entre os preços socialmente aceitáveis e a necessidade de recuperação dos custos dos serviços <sup>1</sup> e, deste modo, evitar possíveis abusos de posição dominante por parte das entidades gestoras, o que se revela essencial neste sector por se estar perante situações de monopólio natural.

Em linha com este reforço de intervenção da ERSAR neste domínio, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 82-D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, 132/2015, de 04 de setembro, 7-A/2016, de 30 de março, 42/2016, de 28 de dezembro, 114/2017, de 29 de dezembro e Lei n.º 51/2018, de 16/08), determina que os regulamentos tarifários dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas a aprovar pelos municípios devem observar o disposto no regulamento tarifário aprovado pela entidade reguladora, encontrando-se as tarifas municipais sujeitas a parecer da ERSAR. Por outro lado, os diplomas de criação dos sistemas multimunicipais preveem que as normas tarifárias aí previstas deixam de vigorar com a entrada em vigor do Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas.

O presente projeto de Regulamento vem, assim, dar execução aos artigos 11.º e 13.º dos Estatutos da ERSAR, estabelecendo regras de definição, fixação, revisão e atualização dos tarifários de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais urbanas.

Com o presente projeto de regulamento visa-se:

- i. a harmonização das regras tarifárias;
- ii. garantir que as tarifas a aplicar pelas entidades gestoras permitam o equilíbrio entre a acessibilidade económica dos utilizadores e a recuperação económica e financeira dos custos dos serviços em cenário de eficiência;
- iii. garantir a preservação dos recursos naturais e promoção de comportamentos eficientes pelos consumidores;
- iv. a harmonização dos procedimentos de reporte das entidades gestoras.

---

<sup>1</sup> Vide Exposição de Motivos constante da Proposta de Lei n.º 125/XII

O presente Regulamento contém as regras tarifárias que devem ser seguidas pelas entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal e municipal, que operem em modelo de gestão direta, na elaboração dos seus tarifários. Relativamente às restantes entidades gestoras de titularidade municipal, que operam em modelo de gestão delegada e concessionada, considerou-se que, encontrando-se o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto em processo de revisão e sendo esperadas muitas alterações relativamente a estes modelos de gestão, afigura-se mais adequado e prudente aguardar pela conclusão deste processo, remetendo-se a determinação das regras tarifárias destas entidades gestoras para momento ulterior.

### **III. Ponderação dos Custos e Benefícios das Medidas Projetadas**

A proposta de Regulamento agora apresentada vem, como se referiu anteriormente, dar execução aos artigos 11.º e 13.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março e responder aos problemas que o sector tem vindo a evidenciar nos últimos anos e que estiveram na origem deste reforço regulatório da ERSAR, mediante a harmonização das regras de determinação das tarifas dos serviços das águas, que procuram promover a redução das disparidades tarifárias atualmente existentes e a recuperação económica e financeira dos custos destes serviços em cenário de eficiência.

A proposta de Regulamento visa também assegurar a melhor prestação de informação à ERSAR das entidades reguladoras sujeitas à sua regulação, através da sua harmonização e clarificação. As entidades gestoras destinatárias do presente regulamento deverão suportar custos iniciais de adaptação ao novo enquadramento regulamentar, designadamente os associados à adaptação a novos procedimentos administrativos e de gestão de informação. Atente-se que a previsão dos procedimentos de reporte de informação das entidades gestoras representará, igualmente, benefícios de eficiência e de regulação económica do sector.

Do ponto de vista da ERSAR, o projeto de Regulamento exigirá custos iniciais de adaptação, designadamente os associados a novos procedimentos administrativos e de gestão de informação, que, não obstante, serão largamente ultrapassados pelos benefícios de uma regulação mais eficaz por parte desta entidade reguladora.

### **IV. Conclusão**

A proposta de Regulamento agora apresentada dá execução aos artigos 11.º e 13.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março e consagra medidas cujos benefícios, como anteriormente se demonstrou, ultrapassam largamente os custos associados às mesmas.